

CULTURA E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NOS ESPAÇOS OPACOS

Dentre as muitas chaves de abordagem das relações entre cidade e cultura nas últimas décadas, a chamada **cultura da periferia** vem obtendo destaque considerável na mídia e nos estudos acadêmicos, divulgando sempre novos coletivos culturais atuantes nas mais diversas linguagens artísticas.

O seu rebatimento espacial e territorial, no entanto, raramente é abordado, resumindo-se muitas vezes à indicação do nome do município onde se localiza. Embora os milhares de grupos culturais ativos nas favelas e periferias do país realizem suas práticas em determinados espaços (próprios, edificados, adequados ou não), estes seus espaços e territórios vêm recebendo pouca atenção. Este artigo apresenta um estudo de caso em que diferentes espaços construídos (vários em estruturas industriais abandonadas) reabilitados e utilizados como equipamentos culturais, vem energizando um trecho do Complexo da Maré (RJ), promovendo transformações de diferentes ordens na região.

O crescente destaque do fator cultural torna-se um diferencial, o que permite levantar a hipótese de se tratar de um território em formação, analisado a partir de suas dimensões características de híbrido, cultural e de resistência.

Palavras-chave: Cultura da periferia. Resistência, Território cultural. Híbrido.

Introdução

As pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Cultura, História e Urbanismo² vêm se dedicando a este objeto, enfocando espaços e territórios situados em zonas opacas³ das cidades, registrando a atuação de diversas ações culturais e indagando se estes novos espaços e territórios poderiam ser considerados como culturais. Um caso peculiar vem sendo estudado nos últimos anos: em uma área em constante transformação imbricam-se processos socioculturais, espaciais, socioeconômicos e políticos.⁴

O trabalho analisa este processo em um trecho da extensa zona suburbana carioca, composta de uma zona industrial, várias favelas e conjuntos habitacionais populares: a XXX Região Administrativa do Rio de Janeiro – Maré. No interior deste aglomerado de mais de 130.000 habitantes, observamos o surgimento de um novo território, em parte ex-industrial, atualmente misto de habitação popular, comércio, serviços, e principalmente, atividades culturais, sendo muitas delas em antigas fábricas apropriadas pela população através de diversas formas. Para caracterizar a heterogeneidade destes espaços informais que se imbricam com espaços formais reapropriados e resignificados, adotamos o conceito de hibridação.

A proximidade e a imbricação entre fábricas e habitações populares existem desde os primórdios da industrialização. A relação moradia/industrialização marcou diferentemente as paisagens, conforme características físicas, econômicas, sociais e culturais. No Rio de Janeiro, um grande número de favelas começou a se formar nas vizinhanças de indústrias por volta da década de 1930; já no final do século XX, com a desindustrialização, os grandes espaços produtivos foram abandonados e ocupados por grupos

populares sem teto, formando-se um novo tipo de favela. Definia-se então uma nova relação, entre a favela e a desindustrialização. As indústrias se retiraram e as favelas permaneceram não somente ao seu redor, mas ocuparam também o seu interior. Em vários pontos da vasta zona industrial, os galpões passaram a ser utilizados para habitação, estacionamento, associativismo, trabalho, religião e cultura.

O presente estudo centra-se nos processos de formação e, principalmente, de transformação dos espaços (arquitetônicos e urbanos), que se constituem em lugares e territórios culturais, assim como sobre a relação entre eles e a cultura emergente. O estudo é essencialmente transdisciplinar, transitando entre os campos da História Urbana, do Urbanismo, da Geografia, das Ciências Sociais e dos Estudos Culturais. Contextualizado o objeto – um território híbrido de fabricas, favelas e cultura –, apresentamos um pequeno histórico da sua formação e as ações culturais que o transformaram, seus principais agentes sociais e os processos que engendraram, a partir de estudos de caso realizados. Privilegamos a abordagem de espacialização da cultura de Fortuna e Silva (2002) e de constituição de lugares e territórios conforme Bonnemaïson (2002).

Recorremos ainda aos conceitos de espaços opacos, conforme Santos (1994) e de espaços de resistência, conforme Holston (1996), pois compreendemos aquelas manifestações socioespaciais e culturais enquanto formas de resistência às forças de exclusão social.

O objetivo principal do trabalho é discutir os significados que podem ser atribuídos a este território e a territórios híbridos em condições semelhantes. Para alcançar este objetivo, utilizamos dois caminhos. Pelo primeiro, trabalhamos com o conceito de hibridação, de acordo com Canclini (2008), que analisa as mesclas e reconversões que ocorrem na globalização, recusando a fixação em disciplinas isoladas e conceitos rígidos, privilegiando as premissas de heterogeneidade e hibridação. Suas reflexões vem de encontro ao nosso objeto, ao recomendar que o foco de estudo não deve ser a hibridez em si, mas sim os processos de hibridação. Em decorrência desta opção – privilegiar o processo e não o produto – impõe-se a continuidade da observação e da problematização, apontando para uma paradoxal continuidade, quase permanência da transformação.

O segundo caminho nos leva, a partir do estudo histórico dos processos de divisão, especialização e definição funcional e social dos espaços nos tempos modernos, a uma análise de casos de sua atual mistura e indefinição, procurando compreender o que pode significar o termo híbrido atualmente atribuído a um território. Nossa hipótese é que o estudo do processo de divisão e de especialização espacial observado a partir dos processos de modernização pode auxiliar na compreensão dos processos e dos sentidos da atual hibridação dos espaços. Para tanto, compreendemos ser necessário substituir o pensamento racional e funcionalista, por outro, que reconheça a complexidade e a heterogeneidade da realidade contemporânea.

Neste sentido assinalamos a importância de se lançar novos olhares sobre os espaços não-categorizáveis, heterogêneos, híbridos, e perceber novos e múltiplos usos dos espaços, usos que se agregam, ao contrário dos espaços da modernidade que se fragmentam à medida que as atividades se dividem. A divisão e a especialização dos espaços vem se dissolvendo e é necessário perceber e compreender as novas transformações. É o que se ensaia neste trabalho.

Favelas no Rio de Janeiro – Complexo da Maré

As favelas são o padrão predominante de moradia popular do Rio de Janeiro, caracterizando-se pela sua precariedade construtiva, sua insalubridade, sua irregularidade urbanística e sua ilegalidade jurídica. O número de moradores que abrange é controverso: os dados do último censo já foram fortemente alterados pelo crescimento das favelas nesta década e as estimativas são divergentes, oscilando entre 1.300.000 e 2.000.000 de habitantes,⁵ para uma população total da cidade de 6.161.047 habitantes. (OLIVEIRA; CAVALIERI, 2008)

O chamado Complexo da Maré situa-se às margens da baía de Guanabara, entre as duas vias estruturais de acesso à cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente a meio caminho entre o centro da cidade e o seu aeroporto internacional. Esta região alagadiça foi saneada, iniciando-se a sua urbanização na primeira metade do século XX. Nos anos 1930 e 1940 ela foi designada como industrial e conectada à malha urbana através de importante eixo viário (Avenida Brasil), dando origem a várias fábricas que se instalaram nos bairros vizinhos. A região da Maré foi assim, delimitada entre este eixo e a água, e caracterizada pelas atividades industriais, comerciais e de moradia. Devido aos baixos salários, os trabalhadores atraídos pelas oportunidades de trabalho fabril criaram algumas favelas, inicialmente nos poucos terrenos firmes nas proximidades, posteriormente sobre palafitas, o que explica o nome do local. Nos anos 1980 a concentração de favelas no litoral sofreu uma grande intervenção para saneamento, urbanização e criação de conjuntos residenciais, seguida da construção de novo eixo viário sobre aterro (Linha Vermelha).

O complexo abriga atualmente mais de 132.000 habitantes (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ, 2003), distribuídos por dezesseis comunidades, entre favelas originais e conjuntos residenciais construídos para abrigar a população removida das palafitas e de outras áreas da cidade. (VAZ 1994; VAZ; JACQUES, 2004) Cabe mencionar ainda como características do local a violência e o seu Índice de Desenvolvimento Humano, o terceiro pior da cidade em 2007. (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2007)

Com a desindustrialização, fábricas foram desativadas e abandonadas, dando lugar a grandes vazios industriais que contribuíam para a degradação do lugar. Com a redução

das oportunidades de trabalho, das políticas públicas sociais e de habitação, os vazios industriais foram sendo ocupados para diferentes atividades, das quais destacamos as de moradia e de cultura. Apresentamos aqui dois estudos de caso significativos: o primeiro remete à ocupação de pátios e galpões por pessoas desabrigadas que subdividem os espaços construindo pequenas casas, levando à conformação da “favela pós-industrial”, escondida atrás dos altos muros das estruturas fabris. O segundo remete à instalação dos grupos culturais locais na tentativa de superar a carência de espaços para suas práticas culturais. Cabe assinalar que os vazios industriais da Maré e do resto da periferia carioca, ao contrário daqueles situados na zona portuária da cidade, não constituem foco de planos e políticas públicas de revitalização, permanecendo cenários degradados na paisagem local.

Ações culturais populares⁶

As últimas décadas do século passado foram marcadas pela presença crescente da cultura em diversas esferas da vida em sociedade: a expansão da indústria cultural, o destaque de temas como a história, a memória e o patrimônio. Outro fato revelador foram as muitas intervenções de zonas degradadas que se valiam da criação de grandes equipamentos culturais como focos irradiadores da revitalização urbana, mas também da cenarização e da espetacularização destes espaços. Nesta época verificou-se, além da desindustrialização, também o colapso das estratégias e modelos de desenvolvimento centradas no progresso material e no crescimento econômico, diante de suas desastrosas conseqüências em termos de polarização social e aumento da pobreza; a redução da atuação do Estado, especialmente nas políticas sociais; assim como a redução do papel das associações de moradores e a crescente presença do narcotráfico nas favelas. Neste contexto, em que escasseavam as perspectivas de futuro, começaram a surgir movimentos culturais originais, provenientes de grupos populares com caráter próativo, em busca da superação das imensas carências e desigualdades sociais.

Estas ações culturais podem ser compreendidas como iniciativas de grupos comunitários, em geral jovens, que mantêm forte relação com o espaço em que vivem, e cuja atuação visa o desenvolvimento humano e a transformação social, através de uma grande diversidade de práticas e linguagens culturais. Para Coelho (2001), a concepção de ação cultural é sempre fundamentalmente social, pois carrega em si um espírito utópico, em busca da democratização da cultura, fazendo com que as pessoas sejam os próprios sujeitos das ações, criando suas próprias condições, meios e fins de sua realização. As ações culturais não se restringem à conquista de um desenvolvimento individual, valorizando o desenvolvimento coletivo de um grupo, assim como a sua produção simbólica. É importante reafirmar que as ações que analisamos emergem dos espaços opacos⁷ (SANTOS, 1994), informais, marginalizados da cidade, dando visibilidade a novos atores

sociais que, com formas próprias de organização e criação, atuando em uma vasta gama de linguagens artísticas e culturais, deram origem, nas décadas de 1980/1990 ao movimento hoje amplamente conhecido como cultura da periferia. Cabe também assinalar que nestes espaços impera a carência de equipamentos: de educação, de saúde, de esportes, de lazer e de cultura. Diante do acesso desigual aos meios de expressão cultural e aos ambientes adequados às suas práticas, os grupos se vêem forçados a improvisar espaços próprios nas áreas desocupadas da favela, onde possam realizar ensaios, oficinas, reuniões, aulas, etc.

Conscientes de não terem acesso aos modos culturais tradicionais, acostumados com a indiferença e com a falta de espaços para a realização de suas atividades, muitos jovens dos espaços opacos vêem nas ações a oportunidade de sair de um estado de invisibilidade, afirmando seu lugar e seus direitos na cidade. Esta afirmação alia-se a um forte caráter de resistência, que se manifesta através de diversas esferas: espacial, social, étnica e cultural.

No Complexo da Maré podemos observar como atuaram alguns destes grupos e como suas práticas contribuíram para a criação e a transformação dos seus espaços, tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana. Apresentamos, a seguir, duas das ações culturais ativas na região e seus respectivos espaços, elementos centrais na transformação do território a ser analisado.

Centro de estudos e ações solidárias da Maré e Museu da Maré

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), uma associação civil sem fins lucrativos, foi criada em 1997, por um grupo de moradores e ex-moradores locais que conseguiram concluir cursos universitários. Preocupado com os campos educacional, cultural e de comunicação, o grupo passou a desenvolver projetos apoiando o potencial criativo de sua população e valorizando o olhar interno da comunidade. Dos seus muitos projetos e atividades, desenvolveu-se a Rede Memória, a partir da importância do conhecimento e da compreensão da história e da memória locais para a formação e a identidade dos seus moradores. Assim, do registro de informações, de documentos, de depoimentos, de imagens e de objetos recebidos, da criação de um arquivo, da edição de livros e da realização de uma exposição sobre a Maré, surgiu o projeto do museu. Para isto contribuiu o fato do CEASM ter obtido, em 2003, a cessão do uso de um imóvel desativado para as suas diversas atividades.

Inaugurado em 2006, o Museu faz parte de um equipamento cultural maior: a Casa de Cultura da Maré, ocupando pátios e galpões que até os anos 1990 eram utilizados para reparos de barcos. Devido ao seu amplo espaço, o CEASM decidiu alocar ali suas

oficinas culturais e os projetos ligados à preservação da memória local, dentre eles, o próprio Museu da Maré, considerado pelo Ministério da Cultura como o primeiro museu em favela do Brasil.

Seu acervo é majoritariamente composto por doações dos moradores, organizadas de modo a contar ao visitante a história da comunidade do seu próprio ponto de vista. A exposição permanente focaliza vários aspectos de importância da vida na Maré (SELDIN, 2008), destacando-se uma alta palafita, reproduzindo o tipo de habitação que caracterizou a região durante décadas. A casa de palafita é sustentada por estacas de madeira e dotada de apenas um cômodo e uma pequena varanda, espaços preenchidos por móveis e objetos variados doados pela comunidade. Através da palafita, se reconhece o padrão habitacional como um dos pontos mais importantes para a história local, destacando-o como um aspecto fundamental da construção daquele povo e do espírito do lugar.

A palafita, que reúne as lembranças e fragmentos das vidas de seus moradores, atua como um abrigo para os corpos e um suporte para as memórias dos antigos moradores. O destaque dado à casa funciona como uma forma de auto-afirmação: apesar de erradicada da favela, a palafita não se apaga da memória de sua população. Ela foi ressignificada: o desprezado símbolo da miséria torna-se o marco dos tempos heróicos da resistência.

Este caráter de resistência é enfatizado através de elementos que remetem ao trabalho e esforço de construir a moradia própria em uma região onde as condições naturais eram extremamente desfavoráveis. A simples existência do Museu denota a resistência contra processos culturais hegemônicos, ao afirmar a favela como lugar de cultura e de memória, reconhecendo as diferenças entre as muitas comunidades que compõem a Maré, colocando-a como um espaço heterogêneo e diversificado. Neste sentido, cabe destacar que o foco de atuação do Museu é a vida social dos moradores, e não a ação preservacionista. (SELDIN, 2008) Seu objetivo é cultural, social e político, ao se propor a colocar o morador em contato com suas origens, conscientizando-o sobre sua própria história e indicando que a memória da Maré encontra-se dentro daqueles que a habitam. O reconhecimento do valor do Museu da Maré foi tornado público em 2007, com a atribuição da Ordem do Mérito Cultural e o título de Ponto de Cultura.⁸

Grupo de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinha e Centro de Artes e Cultura Popular da Maré

O Centro de Artes e Cultura Popular da Maré resultou da iniciativa do Grupo de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinha (GCAYP), e contou com a participação de outras ações culturais, num processo de disputa e ocupação de imóvel que envolveu grande variedade de atores.

No Morro do Timbau, situa-se uma fábrica de material de construção fechada. Depois de sua transferência para São Paulo, seus proprietários legais encontraram grandes dificuldades em vender o imóvel, em decorrência de sua localização, em uma área conhecida pela violência e pelas constantes guerras entre facções rivais do tráfico de drogas – uma imagem amplamente divulgada pela mídia. Assim, o imóvel permaneceu abandonado durante cerca de duas décadas, tendo seus impostos sonegados pelos proprietários, que acumulavam uma alta dívida junto ao governo municipal. Como solução, eles propuseram sua doação a uma instituição capaz de arcar com o valor da dívida, o que não ocorreu.

O abandono do imóvel – composto por um edifício administrativo de cinco andares, dois vastos galpões e pátios – era conhecido pelos moradores vizinhos, muitos dos quais compreendiam aqueles espaços como disponíveis e passíveis de ocupação. Assim, nos últimos anos, o local se tornou o alvo de invasões de desabrigados e de jovens ligados ao tráfico de drogas, fato que culminou na massiva depredação das construções.

Ciente destes processos, a Associação de Moradores do Timbau procurou evitar a ocupação depredatória, contatando os proprietários e o poder público, propondo a limpeza de um dos pátios e sua conversão em quadra de esportes com o auxílio daqueles que o vinham arruinando. Com isso, estas pessoas passaram a trabalhar em parceria com a Associação, dando início a um período de articulação e negociação entre um leque de diferentes agentes sociais: moradores locais, não-moradores, movimentos associativos, grupos culturais e ONGs, proprietários legais, membros de órgãos públicos e traficantes locais. Realizou-se a limpeza do pátio e a venda do entulho, que foi revertida em benefício dos participantes, fazendo com que estes passassem a se considerar legitimados a utilizar os espaços. No entanto, as negociações fracassaram e a propriedade do imóvel foi transferida para a Prefeitura do Rio. Os esforços das lideranças comunitárias e culturais envolvidas também fracassaram, ocorrendo nova depredação das construções e a ocupação habitacional dos pátios e de um galpão, iniciada por moradores expulsos de outras comunidades, desencadeando um processo de favelização intramuros. Diante de nova iminente ocupação, em 2006, um grupo cultural ocupou o andar térreo do edifício administrativo no intento de assegurar aquele espaço, impedindo posteriores invasões. Tratava-se do Grupo de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinha.

Este grupo, criado em 1998 e coordenado por Emanuel Lopes Lima, o Mestre Manoel, tem como proposta aliar a prática física ao aprendizado da história da capoeira, valorizando suas raízes negras e buscando formar novos agentes multiplicadores, capazes de conscientizar através da arte.

A Capoeira Angola (da escola de Mestre Pastinha), adotada pelo grupo, valoriza a conexão com a dança e os movimentos de defesa e ginga, que exigem grande flexibilidade, rapidez e esforço muscular, além de raciocínio, intuição e improviso. Aqueles

que a dominam bem possuem a “mandinga”, muito relacionada ao conhecido “jogo de cintura” brasileiro. Este elemento denota outra característica importante da capoeira: a necessidade de tomar um posicionamento, presente nas situações de luta, que pode ser visto como uma preparação para a vida e para o enfrentamento de problemas do cotidiano.

A capoeira ensinada por Mestre Manoel procura propiciar a cada praticante (em sua maioria crianças e adolescentes), sua expressão corporal individual, promovendo o seu desenvolvimento pessoal. Além disso, o aprendizado da história afro-brasileira, as discussões com os alunos, as regras de conduta adotadas e as apresentações em espaços públicos estimulam também a conscientização pessoal e coletiva. Enquanto a maior parte das apresentações acontece ao ar livre, o ensino e os ensaios são realizados no edifício administrativo da velha fábrica do Morro do Timbau – o Centro de Artes e Cultura Popular da Maré.

Outros grupos culturais de menor porte, também prejudicados pela ausência de locais próprios para sua atuação, buscaram uma aliança com o grupo de capoeira, distribuindo-se nos cinco andares do prédio.⁹ Desta maneira surgiu o Centro de Artes e Cultura Popular da Maré, um núcleo alternativo de cultura. Em seu andar térreo, destaca-se o GCAYP, que oferece também aulas de dança afro, jongo, apoio escolar e oficinas de samba de roda e artesanato. Estas oficinas são frutos da colaboração com um projeto voltado para a música, também responsável por uma orquestra de berimbaus. Há ainda uma academia de jiu-jitsu e um estúdio de gravação musical que atende a cerca de quinze bandas locais.

Espaços e territórios

Os casos aqui abordados não são únicos na região; pelo contrário, registram-se, nas suas proximidades, outras ações, outros espaços e outros processos de transformação. Apesar da grande diversidade, eles guardam, no entanto, traços em comum: a localização na porosidade da fronteira entre a zona industrial e a favela, as atividades culturais e a atitude próativa dos grupos. Eles refletem fenômenos atuais, que articulam vazios industriais e ações culturais populares. Seja na materialidade da palafita do Museu da Maré ou na imaterialidade da capoeira praticada no Centro de Artes e Cultura Popular da Maré, as iniciativas populares se fazem presentes, mostrando diversas formas de afirmação de seus direitos à cultura, à cidade e à cidadania. Cabe assinalar que os dois exemplos apresentados são casos que melhor representam esta intenção, além de serem processos de constituição *bottom-up*: o CEASM, através da criação do primeiro museu em favela no Brasil, afirmando e ressignificando o caráter da história da sua comunidade, e o GCAYP, através da invasão e da ocupação do imóvel, assim como da prática, do ensino e da divulgação da capoeira, marca da sua origem afro-brasileira.

Os dois processos relatados mostram a criação de novos espaços, seja em escala arquitetônica, seja em escala urbanística. São novos espaços em termos arquitetônicos, pois se trata de construções industriais cujos interiores foram transformados para servir a outros usos, agora os culturais. Neste sentido, consideramo-los como equipamentos culturais, embora eles não se enquadrem nos padrões formais ou tradicionais, como bibliotecas, teatros e cinemas. Finalmente, estes espaços também são novos em termos urbanísticos, pois pode-se levantar a hipótese que o conjunto formado pelos dois centros estudados e pelos outros sete equipamentos culturais,¹⁰ e o entorno comum possam definir um novo território.

Segundo Bonnemaïson (2002, p. 99), a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço se exprime e se fortalece através do território. Esta relação se estabelece por se articularem três elementos complementares: um grupo social, sua cultura e seu território. Teoricamente este território se constitui através de um conjunto de lugares hierarquizados, conectados por uma rede de itinerários, estabelecidos por determinado grupo social em suas práticas sócio-culturais e sócio-espaciais. Em termos urbanísticos, compreendemos as redes de itinerários como espaços livres públicos – ruas, praças, etc. que conectam os lugares. E compreendemos os lugares como pólos onde os grupos se concentram e onde sua cultura se condensa em símbolos: materialmente através de suas arquiteturas, ou imaterialmente, através das práticas que neles se realizam, e dos significados que neles permanecem impregnados. Cabe assinalar, com Barker (2005, p. 445), que lugares são localizações socialmente construídas, nos quais ocorre a produção de sentido no espaço.

Por estar se delineando, este novo território tem fronteiras imprecisas; embora tenha pólos e redes de itinerários claramente definidos. Sobre fronteiras, melhor seria dizer que se trata de um território nas franjas de uma fronteira (entre o tecido urbano da zona industrial e o da favela), claramente percebida: grandes galpões industriais de um lado, pequenas casas populares do outro; tecido urbano formal de um lado, informal do outro. Enquanto esta fronteira é uma mescla dos dois tecidos, indeterminada, o território é atravessado por outra fronteira invisível, mas de forte presença no local: a fronteira entre diferentes facções do tráfico, que se impõe pela violência.

A mescla assinalada é amplificada por um discreto processo de melhoramentos na via principal e no seu entorno, onde outros galpões se renovam, sendo muitos para uso religioso; comércios mais pobres e pequenos são substituídos por lojas mais vistosas e prédios renovados; e possivelmente já se identifica um processo de gentrificação no local. Conforme depoimento de um membro da administração do Museu da Maré, também o status do lugar já se alterou: se antes, para que um táxi aceitasse levar o passageiro até o local (ou próximo dele), no interior da favela, era necessário referir-se ao local de destino como Bonsucesso (nome do bairro formal próximo), pois corria-se

o risco do passageiro e o trajeto pedido serem recusados. Em 2009, os táxis já costumavam aceitar passageiros que se dirigiam ao Museu, mesmo dizendo o nome do bairro estigmatizado: Maré.

Uma característica importante de ser assinalada quanto a este processo de renovação urbana, é o fato de que o principal agente social responsável por esta transformação não ter sido o poder público, que, muito pelo contrário, não tem muita atuação na região, a não ser a policial, mas sim a população local.

Mas como compreender estes espaços e este território? O que significa este novo arranjo espacial? Pode-se inicialmente considerar este novo território, esta fronteira porosa como **cultural**, pois os lugares que o definem são justamente equipamentos culturais, e as atividades neles realizadas – artísticas e culturais – podem polarizar o entorno.

Diversos autores consideram este território como formado por espaços **de resistência**. Como Holston (1996), para quem se trata de espaços de afirmação social, de um “agir contra”, ou ainda, nas palavras do autor, de espaços de “cidadania insurgente”. A conotação de resistência, associada aos espaços opacos, está ainda presente em Ribeiro (2004), ao observar que “seus habitantes são os verdadeiros desbravadores de oportunidades criativas, insubordinadas e disruptivas”, pois “é destes habitantes e dos seus espaços que advém inovações realmente radicais”. A conotação de resistência, criatividade e transformação também está presente em Fortuna e Silva (2002) e em Porto (2004), que afirma serem estes espaços “lócus privilegiados de mudanças sociais estruturais”.

O estudo dos processos de formação e de transformação dos espaços existentes, tanto os arquitetônicos quanto os urbanos, revelaram uma particularidade que se repete: a mescla de elementos não somente heterogêneos, mas aparentemente descombinados e embaralhados. Assim, espaços, tempos, processos e atividades se encontram em transição, e também misturados. E mesclas não usuais coexistem: de espaços formais com informais, de tradição com inovação, de moradia, com trabalho e como cultura, entre outras. Trata-se de um território que se forma não a partir de elementos semelhantes ou afins, mas de uma mescla; ele se forma já híbrido e impregnado de cultura. Um território de **resistência cultural**, como já assinalado por Seldin (2008, p. 108).

Estas observações remetem a Canclini (2008), e a sua definição de hibridação: “[...] processos sócio-culturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. O próprio autor assinala que mais importante que o estudo da hibrididade é o estudo dos processos de hibridação. Neste sentido, cabe considerar a hipótese de se tratar de um **território híbrido**.



- | | |
|--|----------------------------|
| ① Centro de Arte e Cultura Popular da Maré | ⑥ Sede do CEASM/Redes Maré |
| ② Museu da Maré e Casa da Cultura | ⑦ Centro de Artes da Maré |
| ③ Observatório das Favelas | ⑧ Lona cultural |
| ④ Ação Comunitária do Brasil da Vila do João | ■ Antiga zona industrial |
| ⑤ Galpão Bela Maré | |

Figura 1: Equipamentos culturais no Complexo da Maré. Localização sobre foto aérea.

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos.

Como compreender e como lidar com este território híbrido?

O território em questão apresenta certas particularidades, percebidas de diferentes formas. Quem circula pela Linha Vermelha, como os viajantes que desembarcam no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e se dirigem para a sua área central e/ou para as áreas turísticas da zona sul, percorre uma via expressa que atravessa ou contorna sucessivas favelas por vários quilômetros. Alguns, mais atentos, se surpreendem, quando, em meio a um “mar de favelas”, percebem, dentre as placas formais de sinalização rodoviária, as que indicam a direção de diferentes bairros e uma placa que indica, através de um ícone e duas palavras, a proximidade e a direção do Museu da Maré. Com efeito, a indicação, por parte de órgão competente do poder público, de um equipamento como um museu, designado como Ponto de Cultura, numa zona caracterizada pela carência ou ausência de todo tipo de equipamentos, ainda mais, um museu de favela, que expõe o que tantas vezes tantas vozes quiseram apagar da paisagem carioca,¹¹ era desconcertante. Era indicativo de que havia algo de novo e diferente naquele lugar.

Como lidar com estes espaços novos, diferentes, híbridos? Com espaços não-planejados (a favela) que se fundem com espaços planejados (zona industrial), mas reapropriados, reconvertidos e resignificados? Estamos diante do desafio de lidar, por um lado, com

novas formas de apropriação, ocupação e utilização de antigas edificações, e por outro lado, com novos usos do solo que subvertem as leis de zoneamento, redefinindo, como visto, novos territórios que não se enquadram nos padrões vigentes.

As políticas públicas, apesar dos avanços nas questões referentes à cidade informal – favelas e periferias –, ainda não enfocam com clareza esta nova realidade, que não se enquadra nos padrões anteriormente existentes, particularmente os aqui relatados: a ocupação de imóveis vazios, a formação de favelas intramuros¹² e de um centro cultural com estas características.

O fato de se tratar de imóveis abandonados remete inicialmente aos órgãos municipais de fazenda, que impõem como condição para a sua legalização o pagamento de impostos devidos ao longo de vários anos (pagamento que os proprietários de empresas falidas não têm condições de realizar, muito menos os moradores ou as ações culturais das favelas). Os ocupantes de imóveis abandonados invadidos mantêm-se atentos, pois sabem que podem ser visitados por oficiais de justiça exigindo a desocupação ou por forças policiais, impondo-a à força.

Os órgãos municipais de planejamento também são acionados, fazendo os levantamentos das áreas e sugerindo o uso produtivo destes locais por empresas e instituições (como por exemplo, para grandes *call centers* e centros sociais), sem resultado práticos conhecidos. Apesar de notícias sobre estudos e propostas de reabilitação de grandes estruturas fabris para diversas atividades, no caso do Rio de Janeiro há planos conhecidos apenas para revitalização da Zona Portuária, porém não para a revitalização de zonas industriais.

Neste quadro de normas urbanísticas ambíguas e contraditórias diante da hibridez do território que desponta, cabe abrir um parênteses para mencionar que, curiosamente, são as políticas culturais de âmbito federal que se destacam na busca de soluções para os casos analisados. Referimo-nos aqui ao já mencionado Programa Cultura Viva (Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, do Ministério da Cultura), que procura resgatar, incentivar e preservar a cultura brasileira, sendo a sua ação mais conhecida a dos Pontos de Cultura. Para isso seleciona, por meio de editais públicos, grupos/ projetos/ ações culturais que promovam as artes, a cultura, a cidadania e a economia solidária, dando-lhes apoio para a sua sobrevivência. Isto ocorreu com o Museu da Maré.

Ainda sobre o território em questão, é preciso ressaltar a irregularidade do uso do solo, em particular, a mistura de usos do solo. Como sabemos, a legislação sobre uso e ocupação do solo do Rio de Janeiro foi construída ao longo de uma época em que prevalecia o paradigma modernista no urbanismo, que acentuava a divisão estrita das funções urbanas, recomendada pela Carta de Atenas, e rejeitava as misturas de

atividades, embora estas estivessem presentes nos espaços urbanos. Um exemplo clássico desta rejeição à realidade é o modo de tratamento dos bairros do entorno da Área Central de Negócios pela legislação urbana ao longo do século XX. Como se acreditava que a ACN cresceria continuamente, englobando todo o seu entorno, os bairros centrais eram vistos como imprecisos entre o residencial e o central, indefinidos entre o núcleo e a periferia, e indeterminados entre o passado e o futuro, o que determinou seu esvaziamento e sua degradação. (VAZ; SILVEIRA, 2009) Apenas em meados dos anos 1990 esta dicotomia funcional começou a se desfazer quando a mistura de usos passou a ser reconhecida e aceita como positiva, e a presença da moradia, que havia sido proibida na área central,¹³ passou a ser considerada essencial nas políticas públicas para estas áreas.

A rejeição e a negação de aspectos da realidade no espaço e na vida urbana, que caracterizou o pensamento racionalista e funcionalista da arquitetura, do urbanismo e do planejamento modernistas, e que vem sendo contestado por vários autores contemporâneos, foi apontada, ainda nos anos 1960, por Jane Jacobs, e nos anos 1970, por Milton Santos. Em 1996, em *A Natureza do Espaço*, Milton Santos se referia ao “espaço geográfico, um híbrido”, lembrando que Bruno Latour já havia apontado o “equivoco epistemológico, herdado da modernidade, de pretender trabalhar a partir de conceitos puros”, indagando por que, “em nossa construção epistemológica, não preferimos partir de híbridos, em vez de partir da idéia de conceitos puros?” (SANTOS, 2008, p. 101) Ele lembrava ainda que em 1978, em *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, a sua proposta da noção de forma-conteúdo do espaço geográfico era correlata da idéia de mistos e híbridos.

A respeito das transformações sócio-espaciais contemporâneas, recordamos a dificuldade de encontrar categorias apropriadas para classificar os novos espaços, a inadequação de paradigmas e modelos vigentes, a necessidade de substituir o pensamento racional/funcionalista, que separa as esferas de vida por outro que reconheça a heterogeneidade da realidade que nos cerca. É neste sentido também que reforçamos a importância de lançar um novo olhar sobre os espaços diferentes, heterogêneos, híbridos. Como recomenda José Saramago na epígrafe de *Ensaio sobre a cegueira*: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.” O que se repara são novos e múltiplos usos dos espaços, usos que se agregam, ao contrário dos espaços da modernidade que se fragmentam à medida que as atividades se dividem. A divisão e a especialização dos espaços vem se modificando; cabe percebê-las e examiná-las, o que poderá contribuir para a compreensão dos espaços híbridos.

Neste sentido, destacamos o enfoque de Michel de Certeau (1998), que abre novas formas de olhar e compreender os espaços a partir das pequenas operações cotidianas que originam as práticas sociais daqueles que os habitam. Estas práticas, “artes de

fazer”, empreendidas pelas populações, são pouco evidentes, dispersas, muitas vezes silenciosas, todavia revelam maneiras astuciosas de reapropriação do espaço. São também manifestações de micro-resistência às forças hegemônicas e disciplinares presentes nos vários domínios da vida urbana, que, no caso que examinamos se manifestam desde o surgimento das favelas, da construção de casas, ruas, e infraestruturas, do aterro dos mangues, até as ações culturais e os espaços e equipamentos que originam. Para compreender os espaços resultantes destas práticas, pouco valem as normas e decretos, planos e projetos, racionalidades e funcionalidades que norteiam o desenvolvimento urbano; no entanto, são os resultados destas práticas que dão sentido aos espaços e modificam seus significados.

Não temos respostas para as questões que este novo fenômeno nos coloca. Mas cabe lembrar Pinheiro (1986), para quem aparentemente, os grupos dominantes são os que “definem, desenham e determinam” os eixos de expansão e de ocupação da cidade, “mas quem redefine e redesenha” o planejamento imposto pelo poder são as populações. Assim, os pobres reurbanizam e reconstróem a cidade à sua maneira. Nesta reurbanização e reconstrução da cidade pelos grupos não-hegemônicos, observamos que este novo território, híbrido, cultural, popular, de limites e características imprecisas, que se instala sobre a fronteira entre a favela e o bairro, vai tornando difusas as demarcações e a fronteira entre a cidade informal e a cidade formal. Esperamos que se esteja vislumbrando o surgimento de indícios de superação desta grave divisão sócio-espacial.

Cabe ainda registrar a recente aprovação da Lei Complementar n.º 116 de 25 de abril de 2012, com a criação da Área de Especial Interesse Urbanístico da Avenida Brasil,¹⁴ que redefine novamente os usos, a ocupação e as construções na região. Novas e profundas transformações podem ser esperadas.

Notas

¹ É professora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do CNPq.

² Agradeço aos membros do grupo pela colaboração nas atividades de pesquisa e elaboração do mapa: Claudia Seldin, Carlos Rodrigo Avilez, Patrícia Assreuy, Gabriella Ledo e Pilar Diniz.

³ Utilizamos a expressão espaços opacos nos termos que Milton Santos (2008) formulou, com outros desdobramentos adiante.

⁴ Apresentações anteriores trataram de alguns pontos referidos neste artigo. Este artigo retoma alguns pontos de Reflexões sobre possíveis significados de um novo território híbrido de fábricas, favelas e cultura. (VAZ, 2010)

⁵ A falta de informação e as divergências a respeito são de tal ordem que em 22/03/2010, quando da abertura do Fórum Urbano Mundial e do Fórum Social Urbano, o jornal O Globo informou em uma notícia que a população favelada era de 1.300.000 habitantes e em outra, de 2.000.000 de habitantes.

⁶ Partes do texto a seguir foram inicialmente desenvolvidas em: Lilian Vaz e Cláudia Seldin (2008).

⁷ Por oposição aos espaços luminosos, os da racionalidade e da modernidade, Milton Santos denominou os espaços desprezados, onde vivem os pobres, onde os tempos são lentos e as infraestruturas são incompletas ou antiquadas, de espaços opacos. Mas assinalou que são também espaços de criatividade e de resistência.

⁸ Através do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura.

- ⁹ Posteriormente o último pavimento, que era reservado para atividades culturais coletivas também foi ocupado e subdividido para moradia, assim como os demais galpões da antiga fábrica.
- ¹⁰ Referimo-nos ao Observatório das Favelas, à Lona Cultural (que abriga também uma biblioteca municipal), à sede do CEASM, à sede do Redes Maré, à Ação Comunitária do Brasil, ao Centro de Artes da Maré e ao Galpão Bela Maré (criado em 2011).
- ¹¹ Em maio de 2010 foram instaladas ao longo da Linha Vermelha, a título de proteção acústica, placas moduladas que passaram a bloquear a vista do Complexo da Maré.
- ¹² Há vários exemplos de estruturas industriais ocupadas com grande número de moradias na região e ao longo da Avenida Brasil, além do caso apresentado.
- ¹³ Pelo Decreto nº 322 de 1976.
- ¹⁴ A AEIU da Av. Brasil define de normas para o incremento das atividades econômicas e para reaproveitamento de imóveis nas zonas industriais e ao longo de corredores viários. Prevê adensamento da população e das construções; reconversão de edificações e aproveitamento de imóveis degradados; ocupação de vazios urbanos; intensificação da ocupação junto aos centros de comércio e de serviços, às áreas industriais e aos eixos estruturadores, e recuperação de espaços públicos. Considera adequados diversos tipos de uso residencial, comercial, de serviço e misto. Concede facilidades e vantagens para construções, como o adicional de 0,5 de Índice de Aproveitamento de Terreno em caso de demolição de imóvel industrial existente para os usos previstos e outras para o uso residencial. (RIO DE JANEIRO, 2012)

Bibliografia

- BARKER, Chris. *Cultural studies: theory and practice*. London: Sage Publications, 2005.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Leny (Org.). *Geografia cultural: um século*. RJ: Ed. UERJ, 2002.
- CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ - CEASM. *A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo; Brasiliense, 2001.
- FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos. A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 419-474.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. *Revista do PHAN*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 243-253, 1996.
- OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. *Legado social dos XV Jogos Pan – Americanos Rio 2007 - diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas*. Rio de Janeiro, 2007. <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/04e3877d1c06cddaf96d26d9d7b67ebf.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2010.
- OLIVEIRA, Fabrício Leal de; CAVALIERI, Fernando. *Estimativas do IBGE para a população do Rio de Janeiro em 2008: nota técnica*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2407_Estimativas%20MRJ%20em%202008.pdf. Acesso em: 15 nov. 2012.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Contra o urbanismo despótico. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 17, 1986.
- PORTO, Marta. Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio. *Pensar Iberoamerica – Revista de Cultura*, Madrid, nº 7, set/dez 2004. Disponível em: <<http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric97a03.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2006.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, ano 2, p. 97-107, 2004. Número especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais.
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. *Lei complementar n.º 116 de 25 de abril de 2012*. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafácil/Arquivos/PDF/LC116M.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

- SARAMAGO, Jose. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SELDIN, Claudia. *As ações culturais e o espaço urbano: o caso do Complexo da Maré no Rio de Janeiro*. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- VAZ, Lilian, F. (Coord.). *História dos Bairros da Maré, espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: SR-5/UFRJ; CNPq, 1994. Relatório de pesquisa.
- VAZ, Lilian, F. Reflexões sobre possíveis significados de um novo território híbrido de fábricas, favelas e cultura. SEMINÁRIO INTERNACIONAL RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITÓRIO (RII), 11., 2010, Mendoza, Argentina. *Anais...* Mendoza: [S.n.], 2010. ISBN 978-950-774-189-0. 1 CD-ROM.
- VAZ, Lilian F.; JACQUES, Paola B. Morphological diversity in the squatter settlements of Rio de Janeiro. In: STANILOV, K.; SCHEER, B. C. *Suburban form, an international perspective*. New York; London: Routledge, 2004. p. 61-72.
- VAZ, Lilian; SELDIN, Claudia. Resistências e experiências culturais. In: CORPOCIDADE – DEBATES SOBRE ESTÉTICA URBANA, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: [S.n.], 2008. 1 CD ROM.
- VAZ, Lilian F.; SILVEIRA, C. B. A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar. In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. (Org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*, 2. ed. São Paulo: Manole, 2009. p. 67-101.